

# Políticas públicas e desenvolvimento na Ilha de Marajó, Brasil: Participação e exclusão no turismo

**Public policies** and development in Marajó Island, Brazil:  
**Participation and exclusion** in tourism

MARINETE BOULHOSA \* [neteboulhosa@gmail.com]

KASSIA DA SILVA FARIAS \*\* [kassiasfarias@gmail.com]

SILVIO JOSÉ DE LIMA FIGUEIREDO \*\*\* [silviolimafigueiredo@gmail.com]

**Resumo** | O turismo tem se destacado como importante atividade socioeconômica capaz de contribuir para elevação da qualidade de vida das populações humanas. Porém, as políticas públicas desenvolvidas na atividade, baseadas num ideário desenvolvimentista neoliberal, têm deixado um lastro de impactos negativos sobre o ambiente natural e cultural e pouco tem contribuído para a melhoria da vida das populações envolvidas. Nesse contexto, o presente artigo, elaborado a partir de dados bibliográficos e documentais e observações direta em visitas de campo aos municípios turísticos da Ilha de Marajó, discute sobre modelos excludentes de desenvolvimento e sobre as políticas públicas para o turismo na Ilha, enquanto região turística do estado do Pará, problematizando-os, salientando para a necessidade de reformulação dessas políticas com vista à promoção do desenvolvimento endógeno, que considere as características ambientais e a capacidade dos agentes locais em promover seu próprio desenvolvimento.

**Palavra-chave** | Ilha de Marajó, políticas públicas de turismo, desenvolvimento endógeno, participação social

---

\* **Mestre em Antropologia**, UFPA. **Professora** do Instituto Federá do Pará, Brasil. **Doutoranda** do Programa Doutoral de Desenvolvimento Socioambiental, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA, Brasil

\*\* **Mestre em Planejamento do Desenvolvimento**, UFPA. **Doutoranda** do Programa Doutoral de Desenvolvimento Socioambiental, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA, Brasil

\*\*\* **Doutor em Comunicação** USP, Brasil. **Professor** do Programa Doutoral de Desenvolvimento Socioambiental, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA, Brasil

**Abstract** | Tourism has been highlighted as an important socioeconomic activity capable of contributing to the raising of the quality of life of human populations. However, the public policies developed in the activity, based on a neoliberal developmentalist idea, have left a ballast of negative impacts on the natural and cultural environment and have contributed little to improving the lives of the populations involved. In this context, this article, based on bibliographic and documentary data and direct observations on field visits to the tourist municipalities of Marajó Island, discusses exclusionary development models and public policies for tourism on the Island, as a tourism region of the State of Pará, problematizing them, stressing the need to reformulate these policies with a view to promoting endogenous development, which considers the environmental characteristics and the ability of local actors to promote their own development.

**Keywords** | Marajó Island, public policies on tourism, endogenous development, social participation

## 1. Introdução

As abordagens sobre turismo quase sempre iniciam destacando a importância socioeconômica que a atividade desempenha no mundo e sua capacidade de contribuir para elevação da qualidade de vida das populações humanas. O destaque é para seu crescimento, ininterrupto, não obstante as crises que enfrenta a sociedade contemporânea, o que revela, de acordo com a Organização Mundial do Turismo (UNWTO, 2016), a capacidade de resiliência do setor, com o surgimento de um número cada vez maior de destinos em todo o mundo, podendo contribuir para o desenvolvimento socioeconômico com a criação de empregos, empresas, receitas, instalação de infraestrutura etc.

No entanto, as políticas públicas desenvolvidas na atividade, baseadas num ideário desenvolvimentista neoliberal, têm deixado um lastro de impactos negativos sobre o ambiente natural e cultural e pouco tem contribuído para a melhoria da qualidade de vida das populações envolvidas.

São inúmeras as experiências no Brasil em que as políticas públicas para o turismo acabaram por ampliar o uso desordenado dos espaços naturais, promover a elevação das desigualdades sociais e a exclusão de populações de territórios receptores de turistas e investimentos para o turismo. Tais experiências têm provocado novas reflexões sobre

o turismo e a reação de comunidades locais frente às políticas públicas de caráter excludente.

Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo analisar as políticas públicas de turismo, com foco na Região Turística dos Campos do Marajó, preconizado pela política estadual de turismo. Busca-se realizar um debate sobre o caráter elitista e excludente da política de turismo, ao lado da necessidade de reformulação da *praxis* da atividade na região. Para tanto, consideram-se as premissas do desenvolvimento endógeno e o protagonismo das populações autóctones da Ilha do Marajó, que encontraram em experiências de Turismo de Base Comunitária um novo caminho, capaz de contribuir para a sustentabilidade no turismo e para a proposição de novas políticas públicas.

## 2. Contextualização teórica

A globalização tem impulsionado o estabelecimento de processos de desenvolvimento erguidos sob a égide da ideologia neoliberal, na crença de que mercados autorreguláveis, dirigidos por si mesmos, podem gerar melhores resultados econômicos (Polanyi, 2000; Habermas, 2001). Nesse sentido, acrescenta Polanyi (2000, p. 91), "só terão validade as políticas e as medidas que contribuam para

assegurar essa auto-regulação do mercado, possibilitando condições para fazer do mercado o único poder organizador na esfera econômica”.

Ainda nesta mesma obra, o autor revela como o Estado interventor liberal, a serviço de proprietários, empregadores etc., articulou-se através de políticas e leis para criar as condições em que a sociedade humana fosse submetida ao mercado, tornando-se acessório do sistema econômico.

O igualitarismo político, como observa Reis (2003), entre o Estado e o mercado torna-se necessário, seja por meio de fatores democráticos, normas constitucionais que estabelecem regras, ou então pela violência. É evidente, porém, que a relação mercado – democracia nem sempre se desdobra de maneira harmônica, mas pode ser realizada “[...] de maneira conflituosa e mesmo violenta, produzindo desdobramentos específicos em contextos variados” para a “[...] reivindicação do direito a voz na arena política” (Reis, 2003, p. 61).

Para a melhor compreensão dessa relação Estado e Mercado, Costa (2006) observa a necessidade de compreensão do desenvolvimento econômico, posto que:

[...] é necessário conhecer tanto o processo de aumento da produtividade, como o comportamento dos agentes que utilizam a renda em expansão. Se afirma, também, que o sistema econômico capitalista dispõe de um poderoso mecanismo de regulação, o mercado, que ajusta as proporções das variáveis fundamentais (Costa, 2006: 8).

Esse mecanismo, no entanto, “[...] falha, sob muitas circunstâncias, exigindo mecanismos institucionais de correção” (Costa, 2006, p. 8), o que consolida a ideia de Keynes sobre os fatores de incerteza da economia capitalista, podendo ser controlável pelo nível de emprego e pela presença decisiva do Estado, seja por meio de políticas que estimulem investimentos como também, por políticas monetárias e fiscais. E, quando isso acontece,

o governo aplica medidas onde o mercado falha como também o mercado deverá agir onde o governo falha. Assim “[...] cumprir-se-ia um trajeto evolutivo de modernidade: se alcançaria o desenvolvimento como condição de perene aperfeiçoamento” (Costa, 2006, p. 8).

Nesse sentido, o não cumprimento do trajeto evolutivo de modernidade explica os problemas ambientais e as consequências trazidas pelas atividades econômicas, “vistos como resultados não refletidos nos preços de mercado” (Costa, 2006, p. 8), ou seja, tratados como externalidades do processo de produção e consumo. O que se observa, portanto, é justamente a falta de instrumentalidade e a presença decisiva do Estado, no que se refere às consequências produzidas pelas necessidades do capitalismo industrial e financeiro.

É válido destacar que coexistência da democracia e mercado é decorrente da própria contradição e desigualdades provocadas pelo capitalismo e da concorrência em que se subscreve o mercado. E sob esse prisma, Reis (2003) destaca que, em uma sociedade marcada por uma oligarquia que se apropria do Estado, a livre competição no mercado é cessada, não tendo vigência na própria esfera política, “[...] já que o poder coercitivo do Estado será empregado para assegurar uma posição monopolística aos membros da oligarquia [...]” (Reis, 2003: 62).

Nessa linha de raciocínio, de acordo com o Habermas (2001), o enfraquecimento do Estado, paralelo ao fortalecimento do mercado, não obstante o dinamismo econômico gerado, aumentou as desigualdades sociais e econômicas, levando ao consequente aumento do abismo entre empregados e empregadores.

Condé (2009), ao discutir Estado, capitalismo e desenvolvimento, analisa as reformas econômicas de cunho liberal e o aprofundamento da regulação pelo mercado que, após os pródigos anos 90, gerou, depois uma situação decepcionante, em particular, na América Latina, com o aumento da desigualdade e da pobreza, de crises financeiras e

de insegurança econômica.

Costa (2006) ressalta o grande desafio de criação de uma estrutura social, econômica e ambiental capaz de conduzir os preceitos do desenvolvimento sustentável na América Latina e na Amazônia, isto é, de criar instituições inovadoras, capazes de indicar estratégias e estruturas que se direcionem para uma participação ampla, ou seja, que não atendam apenas as necessidades do capitalismo, mas que se direcionem para a multiplicidade – contra hegemônica, sobretudo no que se refere aos modos de vida na Amazônia. Reside, nesse caso, uma reformulação do desenvolvimento, para que se alcance um crescimento não somente sob o prisma puramente econômico (produtividade e lucro) e de aspectos externos, mas que consiga diminuir as assimetrias sociais e ambientais por elas instauradas e, por conseguinte, a entropia do sistema.

Inserese neste caso, a discussão do papel do Estado em um contexto que se direcione para além das especificidades tidas como tradicionais. O novo contexto visa à formulação de vias alternativas de desenvolvimento e a requalificação das noções do planejamento em regiões diferenciadas. Nesse caso, as propostas relacionadas ao bem viver como alternativa aos processos desenvolvimentistas em regiões do capitalismo periférico (Acosta, 2017) funcionariam como sistema analítico para dar conta dos processos inclusivos e de diminuição de desigualdades.

Trazendo o debate para o campo do turismo, Ivan Bursztyn (2003), ao fazer uma análise da influência do ideário neoliberal na formulação de políticas públicas de turismo no Brasil, conclui que:

A globalização contemporânea se caracteriza pela crescente concentração de renda e exclusão social, face à subordinação dos Estados Nacionais a interesses meramente econômicos. As mazelas e desigualdades geradas por esse sistema são justificadas como pré-

condições de um ajuste que traria a "nível planetário uma nova era de paz e um novo padrão de relações sociais, bem-estar e prosperidade" (Bursztyn, 2003: 3).

Assim, os dados econômicos do turismo – crescimento de receita internacional de 4,4%, com ganhos totais nos destinos estimados em US\$1260 bilhões em todo o mundo (OMT, 2016) – justificam a importância atribuída à atividade. No entanto, Fazito (2015) alerta que seguindo, de forma acrítica, o discurso do desenvolvimento, da modernização, numa perspectiva global, o crescimento da atividade tem causado grandes impactos sociais e ambientais e as populações receptoras pouco tem se beneficiado de seu desenvolvimento.

Nesse contexto de desenvolvimento, acrescenta Fazito (2015), o turismo acaba por ser um agente que transforma em bens de consumo, ou seja, em mercadorias, lugares "distantes", "exóticos" e "atrassados", seguindo assim, a lógica da economia de mercado, analisada por Polanyi (2000), através do conceito de "mercadoria".

É com a ajuda do conceito de mercadoria que o mecanismo do mercado se engrena aos vários elementos da vida industrial. As mercadorias são aqui definidas, empiricamente, como objetos produzidos para a venda no mercado; por outro lado, os mercados são definidos empiricamente como contatos reais entre compradores e vendedores (Polanyi, 2000: 93).

Locais apazíveis e atraentes, no ponto de vista do turismo, passam a ter destaque nas políticas públicas como locais com potencialidades de contribuir, ou mesmo alavancar economias. Porém, em vários estudos sobre o turismo no Brasil, é unânime se concluir que as políticas públicas do turismo no país trabalham em favor dos interesses políticos de cada governo e das elites econômicas

locais, baseados em modelos exógenos de desenvolvimento (Fernandes, 2013; Fazito, 2015).

O que se constata, é que o Estado cria condições legais e fiscais para que as elites locais se perpetuem, enquanto se observa a exclusão das populações locais nos processos decisórios e das áreas ocupadas pelas mesmas, mas consideradas como atrativas para o turismo, ou seja, áreas que possuem belezas naturais, “são novidades”, possibilitam o lazer, a aventura, etc. (Fernandes, 2013).

Sobre essa realidade, Fernandes (2013) examina o conceito de espaço de “inclusão excludente”, pois as localidades são incluídas nos roteiros turísticos internacionais, mas não as populações locais no mercado de trabalho, sem proporcionar melhoria da qualidade de vida das comunidades.

A verdade é que o turismo tem um enorme potencial, capaz de alavancar o desenvolvimento de uma região, mas, ao mesmo tempo, também pode promover degradação ambiental e o agravamento das desigualdades sociais se apenas os indicadores econômicos forem considerados nos processos de planejamento e promoção da atividade. Logo, como há regiões com potencialidades turísticas e comunidades interessadas em promover essa atividade, se faz necessário e indispensável a construção de novas formas de planejamento, desenvolvimento e políticas públicas para o setor, alinhadas às demandas, realidades, modelos e exigências locais de desenvolvimento e aos movimentos e reivindicações endógenas que estão acontecendo por todo o mundo e que considerem os fatores sociais, culturais, identitários e territoriais, tanto quanto os econômicos.

### 3. Metodologia

A pesquisa foi realizada a partir da análise de planos, programas e projetos governamentais, configurando a política pública do turismo produzida,

elaborados para a Ilha de Marajó, para o Estado do Pará e para a região Amazônica no Brasil. Esse estudo contou com a avaliação dessas políticas em relação à participação das populações locais nos processos decisórios e na gestão de atividades turísticas. Além da análise dos planos, foi realizado levantamento das obras e intervenções estatais na Ilha, em especial nos municípios de Soure e Salva-terra, constatando os grupos beneficiados por essas obras. Também foram realizadas observações e entrevistas informais com as comunidades do Pesqueiro e do Céu (município de Soure), com pessoas que desenvolvem o Turismo de Base Comunitária para entender ainda sobre as categorias de participação e gestão, e de como os comunitários se inserem na prática do TBC. O contexto da pesquisa se inseriu nos modelos teóricos-metodológicos da composição e análise do campo social e de seus agentes, indicando a relação das disputas dos grupos e a possibilidade do turismo ser fator para o desenvolvimento endógeno (Figueiredo & Nóbrega, 2015).

Os problemas encontrados em propostas de políticas públicas no Brasil, que incentivam desigualdades, podem ser encontrados no estado do Pará e em toda região Amazônica, como destacam Figueiredo e Nóbrega (2015). Na região, devido ao apelo ambiental que o nome Amazônia provoca no mundo, o turismo foi considerado atividade prioritária, pelas políticas públicas nacionais e estaduais, para se promover o desenvolvimento e a conservação dos recursos naturais da região.

A facilidade mercadológica do nome “Amazônia” – conhecida no mundo todo – também aparece como uma razão impar para o desenvolvimento do turismo. Mas a principal razão é, sem dúvida, a possibilidade que a atividade tem de promover o desenvolvimento mais equilibrado, e em consonância com os limites suportáveis do meio ambiente, numa região proble-

mática como é a Amazônia, com divisões de classe e disparidades econômicas enormes, aliadas aos danos ambientais de grandes projetos de desenvolvimento (Figueiredo, 1999: 76).

As políticas de desenvolvimento para a Amazônia, até a década de oitenta, adotaram modelos para a região que acabaram por aumentar a desigualdade social, a exploração dos recursos florestais e o autoritarismo decisório. De um lado, teve-se o incremento em infraestrutura e aumento de investimentos do Governo Federal, mas por outro, populações tradicionais e o ambiente natural sofreram impactos irreversíveis (Figueiredo & Nóbrega, 2015).

Nesse contexto, o turismo ganha maior destaque na região, embora desde a década de 70 já venha sendo apontado como uma possibilidade de desenvolvimento para a Amazônia, através do estabelecimento de políticas específicas para reger suas ações. Seu planejamento dirigia-se para atender às demandas econômicas nacionais e internacionais com a transformação dos recursos naturais em atrativos turísticos, seja para os benefícios nacionais ou para contribuir com o desenvolvimento da região.

Figueiredo e Nóbrega (2015) destacam que o turismo, enquanto atividade econômica, depende principalmente das políticas públicas e das articulações com o empresariado. Embora experiências de turismo alternativo e da participação de outros agentes já seja uma realidade na região, o que prevalece é o protagonismo de agentes públicos e dos empresários.

Com os estímulos ao ecoturismo no Marajó, a década de 1980 deu impulso ao desenvolvimento do turismo na região, em especial nos municípios de Soure e Salvaterra que, articulados entre “agência de turismo de Belém, hotéis de Soure e duas fazendas pioneiras que ofereciam demonstração de ordenha e passeios de carroça e a cavalo” (Castro & Campos, 2015, p. 463) puderam estimular o

turismo rural. Pouco mais tarde, houve a desaceleração da atividade turística na ilha, a ponto dos empresários locais considerá-la em período de decadência, deixando seus impactos não somente para a economia da cidade como também para a cultura do local que possuía “expressões altamente dependentes do turismo, como o carimbó [...]” (Figueiredo, 1999, p. 187).

Para um melhor planejamento estratégico governamental, a Amazônia Legal foi dividida em Polos de desenvolvimento do turismo e ecoturismo, envolvendo mais de 60 municípios com potencialidades ecoturísticas. No estado do Pará, foram definidos três Polos para a promoção do ecoturismo: Belém/Costa Atlântica, Marajó e Tapajós, permitindo maior dimensionamento das necessidades dos Estados ao orientar suas ações para alavancar o turismo regional.

O turismo, com ênfase ao segmento ecoturístico, uma versão ambientalista da atividade, despontou como uma alternativa de desenvolvimento sustentável para a Amazônia, sob a crença de que, se for bem planejado, seria capaz de minimizar os impactos ambientais e promover a elevação da qualidade de vida da população local.

A partir de 2003, as ações governamentais demonstraram uma mudança em direção à inclusão social e à diminuição das desigualdades. Essa mudança que, em parte, é resultado de pressões internacionais, levou à criação do Plano Amazônia Sustentável (2008), no qual a visão de desenvolvimento regional passou a ser pautada na sustentabilidade, embora, na prática, ainda esteja aquém do planejado, cuja sustentabilidade está mais no campo das intenções do que na concretude dos atos. No Plano Amazônia Sustentável de 2008, esse segmento do turismo se manteve como parte das políticas públicas para o setor.

A partir do ano 2000 o estado do Pará volta a sofrer intervenções em seu território com ações de planos e programas voltados para o turismo. O Plano estratégico de turismo do Estado do Pará - Plano Ver-o-Pará (2012 – 2020) estabelece as no-

vas diretrizes da política pública de investimentos no setor de turismo e centra suas ações nos polos de desenvolvimento turístico. No Estado, o desenvolvimento do turismo está, estrategicamente, concentrado em polos turísticos, sendo seis polos de turismo no Pará: Belém, Amazônia Atlântica, Xingu, Tapajós, Araguaia Tocantins e Marajó (Figueiredo et al., 2017).

Os polos turísticos configuram-se em áreas geográficas prioritárias para desenvolvimento das ações governamentais, que vão desde a instalação de infraestrutura básica, à criação de estratégias de marketing, com objetivo de alavancar o turismo regional.

Tais polos foram definidos a partir de um conjunto de indicadores que consideraram, entre outros critérios, o apelo ambiental (com destaque aos atrativos naturais), a existência de fluxos turísticos regulares e a existência de infraestrutura básica e turística. Baseados nesses critérios, foram definidos os “núcleos indutores”, ou seja, os municípios com tais características.

Recentemente, com a nova gestão estadual, houve o reordenamento do turismo no estado do Pará. Os Polos passam a ser denominados Regiões

Turísticas, sendo compostos por uma nova configuração, mais próxima à divisão geográfica do planejamento estadual. As regiões turísticas do Pará foram instituídas pela portaria nº164, de junho de 2019.

#### 4. Resultados

Localizada na região nordeste do estado do Pará, na foz do rio Amazonas, distando cerca de 80km da capital paraense, a Ilha de Marajó é a maior ilha flúvio-marinha do mundo, com uma área de 49.606 Km<sup>2</sup>, com predominância de dois grandes ecossistemas: campos naturais na parte ocidental e a floresta tropical na parte ocidental indo até sudoeste da ilha (Lisboa, 2012).

A Ilha de Marajó (Figura 1) é formada por 12 municípios que, com outras ilhas, em destaque as ilhas de Caviana, Mexiana e Gurupá, formam o arquipélago marajoara. Marajó é uma das regiões mais importantes de fornecimento de produtos extrativistas, frutíferos, pesqueiro, de carne bovina e bubalina, para a capital do Estado.

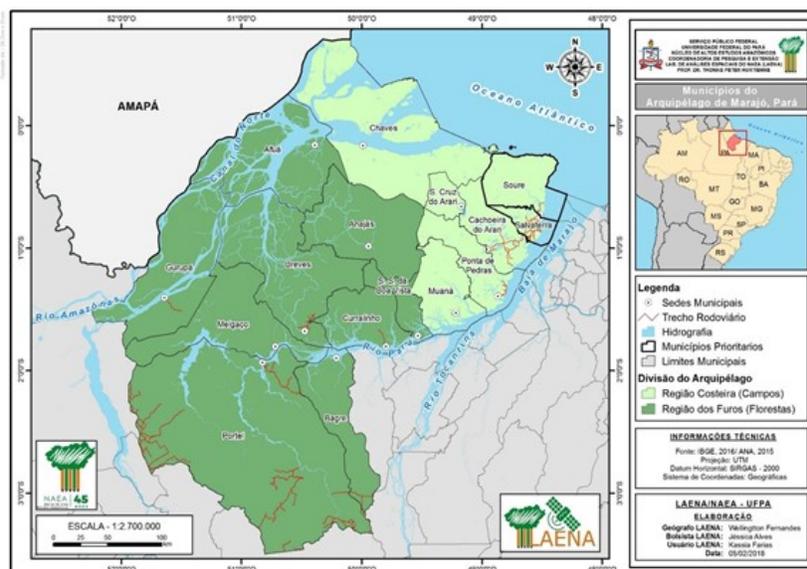


Figura 1 | Arquipélago do Marajó  
Fonte: Laboratório de Análises Espaciais do NAEA (LAENA) (2018)

Não obstante a toda sua diversidade natural e cultural, o Marajó representa, no Estado do Pará, uma grande região de exclusão social, apresentando conflitos pela concentração de terras, baixa tecnologia agropecuária, declínio do extrativismo do palmito e da madeira, escassez de emprego, altas taxas de analfabetismo, falta de apoio técnico e financeiro para prática de outras atividades econômicas, entre outros, que impedem a elevação da qualidade de vida do povo marajoara (Boulhosa, 2001; 2017), concentrando os menores Índices de Desenvolvimento Humano – IDH, do Estado, com mais de 180 mil habitantes vivendo em situação de extrema pobreza (IBGE, 2010).

Os municípios de Soure e Salvaterra recebem os maiores fluxos e possuem a melhor estrutura receptiva. Outros municípios como Cachoeira do Arari, Ponta de Pedras, Afuá também recebem considerável fluxo de turistas, mas esses quase sempre concentrados nos períodos de eventos locais, como a Festividade de São Sebastião, em Cachoeira do Arari e o Festival do Camarão, em Afuá.

O turismo no Marajó iniciou-se oficialmente na década de 70, como parte da política de governo para incentivar o turismo no Estado. Porém, ainda hoje, apesar de seu diversificado potencial e das obras de infraestrutura que já foram realizadas, como portos, estradas, transportes, detalhadas no próximo parágrafo, tal atividade se apresenta pouco organizada e com demandas reduzidas e concentradas (Cruz, 1999; Figueiredo, 1999; Tavares, 2009).

Com a criação dos Polos de Turismo do Estado e com o desenvolvimento do Plano Estratégico de Turismo do Estado do Pará (2012 – 2020) o Marajó passou a receber ações de infraestrutura como asfaltamento de rodovias (PA 154 – Salvaterra/Cachoeira do Arari), melhoria no sistema de transporte (Reestruturação do Porto do Camará, em Salvaterra, inauguração de Terminal Hidroviário de Belém e inclusão de lanchas que fazem a travessia de Belém ao Marajó em menos de duas horas), melhoria no abastecimento de energia (co-

nexão do arquipélago ao Sistema Interligado Nacional da Centrais Elétricas do Pará - CELPA), entre outras ações, que envolvem a promoção do turismo no Estado em nível nacional e internacional.

Essas ações, por certo, têm trazido benefícios no que diz respeito à facilidade de acesso e melhoria de estrutura na Ilha. Todavia, a partir da compreensão de que o desenvolvimento necessita estar para além dos fatores de ordem econômica e física, em função das inúmeras experiências negativas no Brasil que se deram dentro dessa lógica, como a dependência de expressões culturais da atividade turística em Soure, Ilha de Marajó (Figueiredo, 1999) e o uso desordenado do solo e a gentrificação em Natal, RN (Fernandes, 2013), entre outras relacionadas com políticas públicas equivocadas que corroboraram para a exclusão, e, considerando que o turismo, para ser sustentável, deve ser capaz de contribuir para a elevação da qualidade de vida das populações autóctones, é imprescindível sua problematização teórico-metodológica e uma constante reformulação de suas práticas a partir das demandas das comunidades locais.

Embora o turismo seja uma realidade há anos na Ilha de Marajó, pesquisas sobre o turismo na região, desenvolvidas por Cruz (1999), Figueiredo (1999), Tavares (2009), Santana e Rosário (2010), Boulhosa, Cabral e Gomes (2017), entre outros, apontam a mesma realidade: o turismo no Marajó é concentrado temporal e geograficamente, é pouco organizado, as ações públicas são insuficientes e pontuais, a estrutura turística é deficiente e os benefícios à população local são reduzidos.

Essa realidade, em grande parte, pode ser atribuída às próprias políticas públicas de turismo desenvolvidas desde a década de 70 na Ilha, pois o desenvolvimento do turismo está associado fortemente a essas políticas. Como reflexo de uma ideologia liberal, já discutida anteriormente aqui, as políticas de turismo no Estado estiveram sempre a beneficiar os empresários locais e as bandeiras partidárias, dando pouquíssima ou nenhuma oportunidade de participação da sociedade civil orga-

nizada que, como se sabe, é um importante ator social capaz de transformar as demandas da população em prioridades ou “problemas”, nos termos de Capella (2006), desde que esteja organizada e articulada para defender os interesses das comunidades. Nesse sentido, novas formas de desenvolvimento do turismo no Marajó são necessárias e possíveis e o turismo de base comunitária pode ser um caminho para a construção de novas realidades turísticas na grande ilha.

Em 2008, o Ministério do Turismo, através de edital, lançou uma Chamada Pública de Seleção de Projeto de Turismo de Base Comunitária (TBC) e recebeu mais de 500 projetos, dos quais 50 foram selecionados e 42 convênios efetivados para receber apoio financeiros no valor de, aproximadamente, R\$ 7 milhões entre os anos de 2008 e 2009 (Ministério do Turismo, 2010). Com isso, a multiplicidade de experiências de TBC, de norte a sul do Brasil, revelou que essa forma de fazer o turismo, que é bem mais que um segmento da atividade, já é uma realidade no país, necessitando de uma atenção maior das políticas públicas nacionais para se construir no país um ambiente favorável ao desenvolvimento desse tipo de turismo.

No Marajó, no âmbito do referido edital do Ministério do Turismo, a Associação das Mulheres do Pesqueiro - Asmupesq, da Vila do Pesqueiro, região litorânea da cidade de Soure, que faz parte da Reserva Extrativista Marinha de Soure, teve seu projeto de TBC, sob o título “VEM – Viagem Encontrando Marajó”, aprovado para financiamento. Assim a Asmupesq, em função do já existente fluxo de turistas à praia do Pesqueiro, que se destaca como a mais famosa do Marajó, e da busca por outras oportunidades de trabalho, viu no turismo uma possibilidade de incremento para sua economia. Com a colaboração do edital, a Associação de Mulheres passou a elaborar e comercializar roteiros turísticos. Posteriormente, em função de incompatibilidades entre membros da Associação,

a atividade turística, organizada pela Associação, praticamente paralisou. Porém, alguns membros da Comunidade, que haviam participado de capacitações financiadas pelo projeto aprovado no edital, reuniram-se em famílias, e voltaram a desenvolver o turismo, sob os princípios do TBC, com auxílio e orientação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio<sup>1</sup>.

Atualmente, na Comunidade do Pesqueiro e na Comunidade do Céu, também em Soure, a experiência de TBC desenvolve-se através da realização de serviços de hospedagem, serviços de alimentação com culinária local, vivência no dia-a-dia de uma comunidade marajoara, em contato com a pesca artesanal, catação de caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*) e turu (*Teredo*), passeios de barcos pelos rios e furos, passeio em carroças puxadas por búfalos pela praia, extrativismo da andiroba (*Carapa guianensis*), artesanato feito a partir de palha, cipós, argila, danças típicas como carimbó e lundu, entre muitos outros atrativos. No Roteiro do turu e caranguejo, um condutor local leva o visitante ao manguezal e além das informações sobre esse ecossistema, é também explicado ao visitante as técnicas de captura do caranguejo e retirada do turu (*teredo*), que é um molusco muito apreciado na culinária local por suas propriedades afrodisíacas e faz parte da subsistência e geração de renda local.

Essas experiências exitosas configuram-se como embrionárias do turismo de base comunitária na Ilha de Marajó, e, se por um lado representam a busca por novas oportunidades de construção futura, por outro, revelam a capacidade e criatividade das comunidades locais em dar respostas as suas próprias demandas a partir do uso sustentável de seus recursos naturais e culturais através do turismo. Tais comunidades, há anos vêm testemunhando o desenvolvimento do turismo no Marajó, através de políticas públicas ou de empreendimentos locais (construção de hotéis, pousadas, parce-

<sup>1</sup>Essas informações foram colhidas em visita às Comunidades do Pesqueiro e Céu, em entrevistas informais com pessoas que desenvolvem o Turismo de Base Comunitária nessas comunidades.

rias com operadoras e agências de turismo nacionais e internacionais etc.), mas não são incluídas em tal desenvolvimento. Assim, elas mesmas, através da elevação de seu capital social, estão promovendo o desenvolvimento endógeno do turismo, a partir do protagonismo e iniciativas locais.

## 5. Conclusão

O processo de globalização tem expandido a ação da ideologia neoliberal que tem sido um fator para a ampliação das desigualdades socioeconômicas. Como reflexos dessa ideologia, as políticas públicas, que deveriam beneficiar a todos de igual forma, acabam por promover maiores disparidades entre ricos e pobres, com a exclusão desses últimos dos benefícios oriundos do desenvolvimento.

Representando uma resistência a esse modelo de desenvolvimento desigual, as comunidades humanas passaram a se organizar e a buscar novas formas de desenvolvimento que correspondam aos seus próprios anseios e baseadas no local.

Nesse sentido, o paradigma do desenvolvimento endógeno passa a dar base a novas formas de fazer o turismo, como o Turismo de Base Comunitária, na medida em que ele mobiliza os próprios recursos ou forças socioeconômicas, institucionais e culturais locais, protagoniza os agentes locais, focado nas necessidades próprias das comunidades.

Na Ilha de Marajó, as políticas públicas ocasionaram e reforçaram quadros de não participação, contribuindo para a manutenção de situações que pouco se relacionavam com as premissas do turismo em regiões em desenvolvimento: a geração de emprego e renda, combate à pobreza e diminuição de desigualdades. Essa realidade aparece nas primeiras políticas públicas para a região, até os planos mais recentes, como o já citado Plano Ver-o-Pará, mesmo com a inclusão da ideia de sustentabilidade nos planos e programas. Somente com a inclusão de políticas públicas relacionadas

ao Turismo de Base Comunitária (TBC) foi possível incentivar novos protagonismos, participações, opções de renda e formas de governança com múltiplos atores nos processos decisórios, dentro das premissas do desenvolvimento endógeno.

Dessa forma, pensar o turismo como possibilidade de desenvolvimento endógeno para a Ilha de Marajó passa, necessariamente, pela formulação ou reformulação de políticas públicas inclusivas e democráticas, pela ampliação dos agentes envolvidos nos processos decisórios, pela utilização equilibrada dos recursos naturais e culturais, pelo respeito às relações entre sociedade e natureza no contexto amazônico, pela valorização do etnoconhecimento das populações autóctones e reconhecimento da fragilidade de populações tradicionais frente ao grande capital, pelo uso de tecnologias sustentáveis e pela implantação de mecanismos que oportunizem o protagonismo local.

Os caminhos e formas para a promoção de um novo turismo são inúmeras, mas ele só acontecerá se realmente corresponder à ideia de um desenvolvimento endógeno, onde o ser humano marajoara também se desenvolva.

## Agradecimentos

Pesquisa realizada com recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, por meio do projeto Ecosocioeconomia Urbana: arranjos socioprodutivos e autogestão comunitárias visando o desenvolvimento territorial sustentável.

## Referências

- Acosta, A. (2017). Living Well: ideas for reinventing the future. *Third World Quarterly*. 38(12), 2600-2616.
- Boulhosa, M. S., Cabral, N. W. S. & Gomes, E. L.S. (2017). Turismo no Marajó (Pa): Identidade e diversidade como potencialidades para um turismo sustentável. In: *Tu-*

- rismo e desenvolvimento local: Experiências, análises e perspectivas na Amazônia*. Belém.
- Brasil. (2010). *Dinâmica e Diversidade do Turismo de Base Comunitária: Desafio para a formulação de política pública*. Ministério do Turismo, Brasília.
- Bursztyjn, I. (2003). A influência do ideário neoliberal na formulação de políticas públicas de turismo no Brasil. *Caderno Virtual de Turismo*, 3(4), 7-12.
- Capella, A. C. N. (2006). Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas. *BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, 61, 25-52.
- Castro, E. & Campos, I. (2015). Formação socioeconômica do Estado do Pará. In: Castro, E.; Campos, I. (Orgs). *Formação socioeconômica da Amazônia*. Belém: NAEA, pp. 401-482.
- Condê, E. S. (2009). *Rota da diversidade - estado, variedades de Capitalismo e desenvolvimento*. Ponto de Vista: Perspectivas sobre o Desenvolvimento. Nº 6. Núcleo de Estudos do Empresariado, Instituições e Capitalismo. Universidade de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ – UCAM.
- Costa, F. A. (2006). *Teorias do desenvolvimento e estratégias do desenvolvimento sustentável*. Belém: NAEA/UFPA.
- Cruz, M. E. M. (1999). *Soure : Pérola do Arquipélago do Marajó*. Belém: M.M. Lima
- Fazito, M. (2015). Modernização turística: o papel do turismo nos discursos dominantes de desenvolvimento. In: Figueiredo et al. (Org.) *Perspectivas contemporâneas de análise em turismo*. Belém: NAEA.
- Fernandes, A. J. (2013). As transformações socioespaciais do litoral do Rio Grande do Norte – Brasil: o turismo e a ausência de sustentabilidade. In Azevedo et al. (Org.) *Turismo em Foco*. Belém: NAEA.
- Figueiredo, S. L. (1999). *Ecoturismo, festas e rituais na Amazônia*. Belém: UFPA/NAEA.
- Figueiredo, S. L., Nóbrega, W. R. M. (2015). Turismo e desenvolvimento regional: conceitos e políticas em um caso brasileiro. In: Figueiredo, S. L., Azevedo, F. F De, Nóbrega, W. R. M (Org). *Perspectivas contemporânea de análise em turismo*. Belém: NAEA/UFPA.
- Figueiredo, S. L., Bahia, M. C., Hamoy, J. A., Farias, K. & Meguis, T. B. (2017). A atividade turística em cidades médias da Amazônia, áreas naturais e o desafio da governança. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 27/28(1), p. 641-651. <https://doi.org/10.34624/rt.d.v1i27/28.8725>
- Habermas, J. (2001). *A constelação pós-nacional: ensaios políticos*. São Paulo: Littera Mundi.
- Ibge. (2010). *Censo Demográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, RJ: IBGE.
- Laena. (2018). *Mapas da Região do Marajó*. Belém: Naea.
- Lisboa, P. L. B. (2012). *A terra dos Aruã: uma história ecológica do arquipélago do Marajó*. Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém.
- Nascimento, V. L. (2009). *Políticas públicas de ecoturismo e participação: a trajetória do Proecotur no Poló Belém/Costa Atlântica*. 212 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém.
- Pará. (2012). *Ver-o-Pará - Plano Estratégico de Turismo*. Relatório Executivo SETUR, Belém.
- Polanyi, K. (2000) *A grande transformação*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Campus.
- Reis, B. P. W. (2003). O mercado e a norma: o Estado moderno e a intervenção pública na economia. *Revista Brasileira Ciências Sociais*, 18(52), 55-78.
- Santana, E. J. M. & Rosário, B. A. (2010). *Políticas de turismo e desenvolvimento socioespacial nos Municípios de Soure e Salvaterra, Ilha do Marajó-Pará*. V Encontro Nacional da Anppas. Florianópolis – SC.
- Silva, F. C. & Ravena, N. (2015). Formação institucional e desenvolvimento regional na Amazônia brasileira: fundamentos teóricos e síntese histórica. In: Silva, F. C., Ravena, N. (Org). *Formação Institucional da Amazônia*. Belém: NAEA.
- Tavares, M. G. C. (2009). Turismo e desenvolvimento na Amazônia Brasileira: O caso do arquipélago do Marajó. In: *12º Encontro de Geógrafos da América Latina, 2009, Montevideo, Uruguai*. Anais. Montevideo.
- UNWTO. (2016). *Destaques do turismo*. World Tourism Organization.